

9.º Condições de pagamento e mecanismo de revisão do preço

1 — O presente contrato será pago em prestações anuais antecipadas, sendo a primeira, se for o caso, devida no final do período de garantia do equipamento.

2 — As prestações anuais relativas ao 2.º ano e seguintes são calculadas com base no valor de ...\$... (P_1), e podem ser amortizadas trimestralmente.

3 — A prestação anual efectivamente a pagar no 2.º ano e seguintes será determinada pela seguinte fórmula:

$$P_n = P_{n-1} (1 + T_{n-1})$$

sendo:

n o ano de validade do contrato a que se reporta a prestação;
 T_{n-1} a taxa oficial de inflação calculada pelo Instituto Nacional de Estatística reportada ao mês de Dezembro que ocorre no ano anterior àquele a que se refere a prestação.

... (local), ... (data). — Assinaturas (pelos outorgantes).

MINISTÉRIOS DA AGRICULTURA E DO COMÉRCIO E TURISMO

Portaria n.º 977/95

de 12 de Agosto

A Portaria n.º 134/94, de 4 de Março, submeteu às disposições do Regulamento de Comercialização de Materiais Florestais de Reprodução cinco espécies de interesse relevante para Portugal: *Pinus pinaster* Ait., *Pinus pinea* L., *Quercus suber* L., *Castanea sativa* Mill. e *Eucalyptus globulus* Labill.

Importa agora definir as exigências mínimas aplicáveis à comercialização de materiais florestais de reprodução das mesmas.

Assim:

Ao abrigo do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 239/92, de 29 de Outubro:

Manda o Governo, pelos Ministros da Agricultura e do Comércio e Turismo, que seja aprovado o Regulamento da Admissão de Material de Base e da Comercialização de Material de Reprodução de Eucalipto (*Eucalyptus globulus* Labill), anexo ao presente diploma e do qual faz parte integrante.

Ministérios da Agricultura e do Comércio e Turismo.

Assinada em 5 de Junho de 1995.

Pelo Ministro da Agricultura, *Álvaro dos Santos Amaro*, Secretário de Estado da Agricultura. — Pelo Ministro do Comércio e Turismo, *Luís Maria Viana Palha da Silva*, Secretário de Estado do Comércio.

Anexo a que se refere a Portaria n.º 977/95

Regulamento da Admissão de Material de Base e da Comercialização de Material de Reprodução de Eucalipto (*Eucalyptus globulus* Labill).

Artigo 1.º A espécie eucalipto (*Eucalyptus globulus* Labill) está sujeita ao disposto neste Regulamento.

Art. 2.º As exigências relativas à admissão de materiais de base destinados à produção de materiais de reprodução e à comercialização destes são as estabelecidas no anexo ao presente Regulamento.

Art. 3.º — 1 — As disposições do presente Regulamento aplicam-se:

- À comercialização de plantas a partir de Outubro de 1996;
- À comercialização de sementes a partir de 1 de Janeiro de 1996.

2 — Até 1 de Outubro de 1998 admite-se a comercialização de sementes e de plantas sem observância do disposto neste Regulamento,

desde que sejam objecto de documento oficial idêntico ao previsto no Regulamento da Certificação de Sementes a emitir pelo Instituto Florestal.

3 — As sementes existentes em stock à data da publicação da presente portaria devem ser declaradas ao Instituto Florestal no prazo de 60 dias, sob pena de não ser emitido o documento previsto no número anterior.

ANEXO

Exigências relativas à admissão de material de base e à comercialização de material de reprodução de eucaliptos (*Eucalyptus globulus* Labill).

1 — Material de base

A) Povoamentos

1 — *Identidade*. — A composição específica do povoamento deverá ser garantida e constará na sua ficha de identificação. A indicação da subespécie ou subespécies correspondentes é obrigatória.

2 — *Pureza*. — O povoamento deverá conter 100 % de elementos com a mesma identidade específica. Sempre que não haja garantia de pureza subespecífica, deverá ser indicada a percentagem de cada subespécie.

3 — *Localização*. — Os povoamentos deverão distar pelo menos 3 km de outros povoamentos da mesma espécie com características acentuadamente negativas, caso os respectivos períodos de floração sejam parcial ou totalmente simultâneos.

4 — *Homogeneidade*. — A percentagem mínima admissível de indivíduos de qualidade compatível com as exigências contidas nos n.ºs 5, 6 e 7 é de 75 %.

5 — *Produtividade*:

1 — A produtividade do povoamento deve ser superior à produtividade média da zona da carta anexa a este diploma em que o mesmo se insere, excepto nas zonas 4 a 10, em que prevalece o disposto no número seguinte.

2 — A condição do número anterior é dispensável caso se manifestem positivamente caracteres relacionados com qualquer dos seguintes factores de risco:

- Resistência à secura;
- Resistência às geadas;
- Resistência aos frios intensos e prolongados.

3 — A condição do n.º 1 é ainda dispensável em qualquer região nos casos em que se manifestem positivamente caracteres relacionados com a resistência à *Phoracantha semipunctata* Fab.

6 — *Forma*. — Os povoamentos deverão patentear caracteres morfológicos especialmente favoráveis no que se refere aos seguintes aspectos:

- Fuste recto;
- Altura do tronco limpo de ramos;
- Ramos finos e inseridos no tronco em ângulo aberto.

7 — *Estado sanitário*. — Os povoamentos deverão apresentar de uma forma global bom estado sanitário, traduzido pela ausência de sintomas e sinais de pragas e doenças. Especial atenção deverá ser dada à sintomatologia provocada pelos ataques de *Phoracantha semipunctata* Fab.

8 — *Idade*. — Os povoamentos deverão ter uma idade mínima de 5 anos a fim de permitirem uma apreciação inequívoca dos critérios enumerados.

9 — *Efectivo da população*. — Um número mínimo de indivíduos do povoamento tem de ser superior a 100. A área mínima permitida é de 4 ha.

B) Pomares

Aos pomares para a produção de sementes aplicam-se as condições definidas no anexo IV da Portaria n.º 134/94, de 4 de Março.

2 — Material de reprodução

2.1 — *Clonal*. — Em povoamentos clonais é interdita a recolha de sementes para floração por plantação ou sementeira.

2.2 — *Seleccionado*. — Admitem-se como materiais de reprodução seleccionados (sementes e plantas) os materiais provenientes do material de base oficialmente admitido de acordo com as exigências estabelecidas no n.º 1 do presente Regulamento.

2.3 — *Controlado*. — Admitem-se como materiais de reprodução controlados (sementes, plantas e partes de plantas) os materiais que reúnam as características exigidas pelo n.º 8.º da Portaria n.º 134/94, de 4 Março (Regulamento da Comercialização de Materiais Florestais de Reprodução).